

Conclusão

A Revista Niterói teve apenas um tomo e dois números, publicados, ambos, ao longo do segundo semestre de 1836, e isto porque os seus redatores acabaram interrompendo, de súbito, sua impressão. Magalhães e Torres Homem se indispuseram com Luís Moutinho, chefe da Legação Brasileira em Paris e, em 29 de abril de 1836, Magalhães enviou a José Ignácio Borges, seu superior na Corte, um pedido de remoção ou de qualquer outra decisão que o afastasse de Moutinho.

Magalhães acabara dispensado do cargo de adido cultural na Legação Brasileira em Paris e, logo em seguida, em solidariedade, Torres Homem colocou seu cargo à disposição. Os amigos acabaram desempregados e sem condições materiais para permanecer na França e continuar a empresa da *Niterói*.

Ainda na França, em 1836, Magalhães publicou uma sátira intitulada “Episódio da Infernal Comédia, Ou Viagem ao Inferno”, acompanhada de prefácio e notas de autoria, provável, de Araújo Porto-alegre, “impresso no Inferno, na rua do Fogo, canto do Sabão”. Ela conta a história de um quadro que Porto-alegre teria pintado e enviado à Corte, mas que nunca chegara, e isto graças à incompetência da Legação e de Moutinho, responsável pelas encomendas enviadas da França à Corte. Moutinho, então, teve de se desdobrar e usar de toda sua influência para reaver o quadro e fazê-lo chegar ao seu destino.

Não obstante a comicidade da situação que descrevemos, resta-nos apreciar a querela mais de perto. Em um de seus ofícios enviados à Corte, acusando Magalhães e Torres Homem, Moutinho escreve:

(...) experimento a necessidade como homem público de prevenir V. Ex. a. que o Sr. Torres, secretário interino e um jovem adido chamado Magalhães, que apenas agora começam a sua carreira, a incitam de uma maneira que não os pode acreditar. Pertencem, principalmente o segundo, a uma escola moderna que confesso não foi a minha, para a qual a subordinação é um servilismo, a civilidade uma adulação e a oposição feita aos superiores uma virtude liberal e um feito tão glorioso que se preocupa obter a torto e a direito”. (Apud Pinassi, 1998, p. 116)

A carta continua e não matiza seu tom, Moutinho afirma que chegara ao seu limite e que teria de “suspender de suas funções esses dois empregados, ao menos o Adido Magalhães”. Torna-se evidente que a relação entre Moutinho e Magalhães era especialmente conflitante e que alguns pormenores corriqueiros foram fundamentais para a conformação da antipatia que ambos nutriam um pelo outro. No entanto, lendo o trecho da carta, algo mais grave e propriamente ideológico se evidencia, a saber, de acordo com Moutinho, Magalhães e Torres Homem eram adeptos da “escola moderna” e incapazes de reconhecer os deveres de um “homem público”, ou ainda, a excelência que se revelaria através da “subordinação aos superiores” e da “civildade”. Aí encontramos um ponto importante para nossas considerações finais. Magalhães e Torres Homem eram acusados de ser insubmissos às determinações de seus superiores, do Estado, mais propriamente.

Moutinho, apesar de suas rugas particulares com Magalhães, assinalava e revelava, inadvertidamente, aquilo mesmo que determinava os redatores da *Niterói*, qual seja, que eles, orientados pela “escola moderna”, o que equivale a dizer por Kant e pelo Romantismo alemão e francês, não eram dignos de representar o “público”, o Estado, se preferirmos, e isto porque não eram “submissos” o suficiente. Apesar das diferenças entre os companheiros e entre os Românticos alemães e franceses do Oitocentos, ao menos uma determinação deve ser compreendida como comum a todos, a Kant, a Schiller e a Staël, a Magalhães, a Torres Homem, a Porto-alegre e a Pereira da Silva, a de que a noção de “homem público” ia ganhando uma nova determinação, assegurada, por sua vez, pela cisão entre o que Kant chamou de o *uso público* e o *uso privado* da razão. Em outras palavras, o Estado ia ganhando uma outra determinação.

A partir de Kant, um “homem público” ideal não era mais aquele responsável pela submissão incondicionada às idéias e aos costumes disponibilizados pelo Estado e pela Igreja. O que significa dizer que a um padre, a um professor, ou ainda a um adido, caberia, desde então, criticar o Estado e, junto a ele, tudo o mais que precisasse ser examinado, como a Igreja e a Universidade, e isto em favor da concretização dos sentidos que deveriam ser e que tornariam a humanidade uma entidade perfeita.

Ainda segundo Kant, a razão passava à condição de protagonista e adquiria dois *usos* que não só poderiam como deveriam complementar-se, o *uso privado* e o *uso público*. Dizendo ainda em outras palavras, ao “homem público” caberia, desde então, exercer determinadas funções no interior do Estado, repercutindo idéias e costumes determinados (*uso privado*) e, a um só tempo, criticá-los, a partir da orientação da razão autônoma, em favor da concretização do que deveria ser (*uso público*). E ainda mais radical, assinalava que se alguma “contradição” fosse encontrada nesse exercício comprometido, o homem racional deveria recusar as suas atribuições institucionais e agir, então, em nome do bem da humanidade, ou ainda, em nome do que a razão autônoma, no interior de uma comunidade de “sábios”, pudesse evidenciar. Enfim, a noção de *crítica* conquistava um espaço definitivo, e os “sábios” passavam a cuidar das instituições a partir da medida da razão.

Voltando às palavras e à revolta de Moutinho, percebemos, agora, que o chefe da Legação Brasileira em Paris não compreendia as idéias e as ações dos companheiros de *Revista*, classificando-os como “insubordinados”, justo porque se movia no interior de um mundo no qual o Estado ainda era um horizonte transcendental. Ocorre que Magalhães e seus companheiros aprendiam na França o ideal Iluminista e Romântico da *crítica*, e criam que haviam de construir um *espaço público* através dos *Suspiros* e da *Niterói* fundamental à sua radicalização e, por conseguinte, ao progresso moral e material do Império do Brasil.

Como vimos, no primeiro capítulo, Magalhães exilava-se e se dedicava desde então, desde as saudades, à pátria e a Deus. Essas passaram a ser as medidas que o orientaram, e isto porque elas seriam fundamentais à realização do bem comum, do bem de todos os brasileiros, a despeito do que o Estado evidenciava como justo. Seus *Suspiros* conquistaram Torres Homem, Porto-Alegre, Pereira da Silva e alguns outros, que acabaram se dedicando à *Niterói*. No entanto, em suas páginas, para sermos sucintos, a fê profunda na *crítica* racional cedia espaço significativo à estratégia Romântica de convencimento pelos sentidos, e isto a despeito de uma decisão originária da razão autônoma. Ou melhor, juntos ao Romantismo de um Schiller, em especial, transformaram o *espaço público* num âmbito ideal, a um só tempo, à crítica e à emoção, aos conceitos e a metáforas e analogias.

Apostaram na literatura, ou seja, no pensamento, para organizar e intensificar aquilo mesmo que fosse ideal à “nação” e ao espírito do tempo, a um só tempo. Disponibilizaram “lições úteis” para aqueles que já estavam empenhados em revolver suas idéias e costumes e, concomitantemente, investiram na poesia e noutras prosas, como a própria história, tratando-as como âmbitos privilegiados à catarse, ou seja, à superação das agruras oferecidas pelo cotidiano, no fundo impossível, e à sensibilização e à provocação de sentimentos como o pertencimento e a confiança e, por fim, o orgulho e o amor.

Criticaram o tráfico de escravos e a escravidão, em especial Torres Homem, que asseverou que a história da humanidade evidenciava que as sociedades escravocratas acabavam sendo orientadas por um conjunto transcendental de sentidos, como a lassidão, o egoísmo, a estupidez e a luxúria, que acabavam dirigindo os homens e as mulheres e provocando, em última instância, a decadência necessária, uma espécie de “naufrágio sem espectador”, para utilizar palavras de Paolo Rossi.

Ao fim, a *Revista* durara pouco, os companheiros tinham sido determinados como “insubordinados” e adeptos da “escola moderna. Durara pouco, no entanto o suficiente para serem lembradas e, então, devidamente esquecidas pelas memórias exemplares construídas ao longo do Segundo Reinado. E, aqui, voltamos ao início, Justiniano José da Rocha, o principal biógrafo da *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, conhecia muito bem Magalhães e seus companheiros, aliás, escrevera um artigo na *Revista Filomática* sobre suas poesias publicadas em 1832, no entanto, décadas mais tarde, não lembrava nem de Magalhães nem de seus companheiros, homens admirados por d. Pedro II e detentores de cargos e títulos os mais significativos.

Como pudemos acompanhar, Magalhães, Torres Homem, Araújo Porto-alegre e Pereira da Silva pretenderam civilizar a *boa sociedade*, o que significa dizer, estabelecer o amor pela pátria, ou o bem comum se preferirmos, e a razão, como medidas fundamentais. Anotaram que os homens e mulheres da *boa sociedade* eram egoístas, e isto desde os tempos de colônia, aliás, esta teria sido a herança portuguesa por excelência e, por fim, afirmavam, peremptoriamente, que o fim da escravidão era o primeiro e decisivo passo para o ultrapassamento do modo de ser egoísta, e isto no interior do um Estado que ia se concretizando sobre o fundamento da escravidão.

Entre pessimistas e desconfiados, por um lado, e otimistas e esperançosos por outro, insistiram em suas convicções fundamentais, mesmo após o fim da *Niterói* e o sofrimento de algumas decepções significativas. Torres Homem, uma década depois, aprofundava as críticas feitas na *Niterói*, e Magalhães e Porto-alegre se aproximaram do Paço, caminho que acreditamos representar à radicalização da própria compreensão kantiana que julgava necessário o compromisso entre os dois *usos* da razão, e isto aliado a uma leitura realista dos limites e das possibilidades que iam se tornando disponíveis ao fim dos anos de 1830. Aqui, no entanto, precisaríamos continuar nossas pesquisas e analisar os seus escritos e ações posteriores à *Niterói*, mas sublinhamos nossa desconfiança de que continuaram insistindo na realização do mesmo objetivo fundamental, a saber, a assunção do amor à pátria e da razão à condição de medidas transcendentais, e isto a partir da cessação da escravidão.

Desconfiança que não é suficiente, mesmo que possa ser comprovada, ao reconhecimento de que acompanhamos a uma vitória dos saquaremas, que souberam mover os homens e mulheres, num jogo de aproximação e de distanciamento, de lembrança e de esquecimento, e que tornou o “Grupo de Paris” fundamental à construção do Estado imperial, à *expansão para dentro* que iam concretizando, provocando o esquecimento e, a um só tempo, a imortalidade de Magalhães, Torres Homem e Porto-alegre.

“(...) os Saquaremas que estão em nós...”, talvez (Mattos, 2004, p. 300)